

OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS DEVE CRESCER

Ministro quer 2º grau mais profissionalizante, mas diz que prioridade continua sendo a reforma do ensino básico

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, não esconde a animação com que está iniciando o ano. Comemora um desempenho que diz ter superado suas expectativas em 1995 e se prepara para enviar ao Congresso mais uma série de projetos, que devem completar a reforma que o governo está promovendo na educação. Resignado com o que considera pouco interesse da imprensa pela sua pasta, ele avalia que foi bem sucedido, dentro do possível, na tarefa de colocar na ordem do dia o debate sobre a necessidade de dar prioridade ao ensino fundamental.

Na entrevista que concedeu com exclusividade ao **Jornal da Tarde**, Paulo Renato apontou os principais problemas do ensino brasileiro, fez um relato sobre o andamento dos projetos do MEC e adiantou algumas medidas que serão tomadas em 1996.

Jornal da Tarde - A educação esteve nas primeiras páginas dos jornais no início de 1995, quando o senhor propôs a reformulação do vestibular. Depois disso, embora tenham surgido projetos importantes, o tema perdeu espaço no debate nacional. A que se deve essa sensação de marasmo, numa pasta que recebeu agora elogios públicos do presidente?

Paulo Renato Souza - A área social, em geral, tem pouca repercussão nos meios de comunicação. Quando a gente faz alguma coisa importante, aquilo é notícia por um ou dois dias e depois acaba. O episódio do vestibular, no começo do ano, se explica por ser essa a época do vestibular. Era natural que houvesse uma repercussão acima do normal junto à classe média, que lê jornal, e está interessada nesse assunto. Mas não foi esse o único momento em que a educação esteve nos jornais. Quando nós anunciamos o repasse de recursos direto para as escolas, a ampliação do Programa do Livro, o lançamento da TV Escola, para citar alguns exemplos, tivemos repercussão importante nos dias seguintes. Só que isso tudo é episódico.

Em termos estruturais, quais os principais problemas que persistem no sistema educacional brasileiro?

Eu acho que o ponto-chave é a questão do 1º grau. O grande gargalo da educação brasileira está no 1º grau, onde o problema básico é repetência. Então, nós temos de tratar de tudo o que tem a ver com qualidade.

E o que é que tem a ver com qualidade na educação?

É ter um professor bem formado, bem treinado e bem remunerado. É ter uma escola funcionando direito, com materiais e livros de boa qualidade.

Numa de suas primeiras entrevistas como ministro, o senhor falou que apenas 50% dos recursos destinados às escolas chegavam às salas de aula.

Gostaria de saber de onde saiu esse número e se ele mudou em 1995?

Esse é um diagnóstico do Banco Mundial, que eu acho que já começou a mudar. Nós decidimos colocar o dinheiro diretamente nas escolas, justamente para acabar com o desvio das verbas da educação para outras obras. No Brasil, é muito comum construir-se um ginásio coberto na cidade e jogar a despesa na verba da educação. Em São Paulo, tivemos exemplos de municípios que construíram estádios de futebol com dinheiro da educação. Tivemos sambódromos construídos com verba da educação. São coisas impor-

tantes, culturalmente falando, mas não são escolas. Havia muito desperdício, também, de dinheiro do 1º grau, que era usado em outros níveis de ensino, inclusive nas universidades. Nós acabamos com isso em 1995.

Existe algum indicador que mostre quanto se conseguiu cortar de desperdício?

Não, mas eu acho que dentro de algum tempo será possível calcular.

O senhor tem informações sobre a tramitação no Congresso da emenda constitucional que determina a vinculação de 15% de toda a arrecadação de Estados e municípios ao ensino

fundamental?

A tramitação vai bem. A emenda já teve a sua admissibilidade aprovada na Comissão de Educação da Câmara e o presidente (da Câmara) Luís Eduardo Magalhães já pediu aos líderes dos partidos que indiquem os membros da Comissão Especial.

Uma vez aprovada a emenda no Senado, o que acontece em termos práticos?

A partir daí, nós temos de mandar (para o Congresso) o projeto de lei que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Professor. Este projeto já está pronto e, se a emenda for aprovada, imagino que ele passará rapidamente. Portanto, eu acredito que antes do final do primeiro semestre nós vamos ter uma lei regulamentando a redistribuição do dinheiro dentro da área da educação, em favor do 1º grau.

Alguns segmentos do sindicalismo dos professores criticam este projeto, porque ele não inclui a fixação de um piso salarial para a categoria.

Não inclui, porque, se tentássemos estabelecer um piso salarial para o Brasil, nós acabaríamos rebaixando os salários das zonas mais desenvolvidas, como São Paulo.

A prioridade em 1996 passa a ser a reformulação do ensino de 2º grau?

A prioridade continua sendo

aprovar a emenda que beneficia o 1º grau, mas ao mesmo tempo nós queremos começar a mexer no 2º grau, no ensino técnico e na questão do financiamento das universidades.

Quais são as metas?

No 2º grau, o que nós buscamos é, basicamente, uma diversificação curricular, para dar ao aluno uma certa perspectiva de profissionalização. Nós queremos ampliar brutalmente a oferta de ensino técnico, para que os nossos jovens possam ter outras opções de formação profissional que não apenas a universidade. No financiamento da universidade, o que nós queremos é a autonomia universitária, por meio de uma lei que garanta o dinheiro para a universidade, mas ao mesmo tempo dê a ela liberdade para fazer seu orçamento e se auto-administrar.

Quando o senhor diz que o 2º grau no Brasil é arcaico, o senhor quer dizer exatamente o quê? O que ele tem de errado e para onde deve ir?

É um 2º grau que apenas prepara o aluno para o vestibular. Ele não dá um sentido de evolução da tecnologia de hoje. O aluno sai do 2º grau apenas com a formação teórica para enfrentar o vestibular. Não sai preparado para enfrentar a vida.

A idéia é transformar o 2º grau num nível técnico de ensino?

Nós queremos é ampliar as opções. O 2º grau de preparação para a universidade deve continuar existindo, mas junto a ele nós podemos ter outras opções, entre elas o ensino técnico, que forma o aluno para o mercado de trabalho. Essa mudança curricular não depende de lei, mas apenas da aprovação dessas diretrizes pelo Conselho Nacional de Educação.

E para acabar com o vestibular, o que é preciso?

Primeiro, temos de mudar a legislação, para permitir que as universidades tenham autonomia para definir o seu critério de ingresso. Por outro lado, nós vamos criar um exame final de

2º grau, que será optativo para o aluno e para as universidades. Nossa proposta é a de que as universidades passem a reservar, por exemplo, 30% ou 40% de suas vagas aos alunos que desejem prestar esse exame e neles sejam aprovados. O restante ficaria a critério de cada universidade. A de Brasília, por exemplo, pretende reservar um certo número de vagas para os melhores alunos avaliados ao longo do 2º grau.

Quando esse exame final de 2º grau será criado?

Nós vamos ter o exame já neste ano, em setembro ou outubro.

Então, o vestibular está com os dias contados?

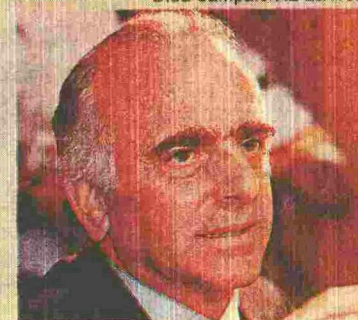
O exame de 2º grau não vai abolir o vestibular de 1997. Aliás, eu acho que o vestibular vai sobreviver ainda por muitos anos. Mas, na medida em que esses outros sistemas começarem a se impor, por serem mais eficientes, o vestibular irá perdendo sua função. Hoje, ele é um sistema respeitado de avaliação. O vestibular é uma das coisas que têm mais credibilidade no País. Portanto, um outro sistema, terá de ganhar a mesma credibilidade. (A.T.)

Leia amanhã sobre os últimos estudos de reforma preparados pelo Ministério da Educação

Resumo das ações do MEC em 1995

Medidas educacionais	Medidas administrativas
✓ Prioridade ao ensino fundamental: enviou ao Congresso emenda que vincula 15% de toda a arrecadação de Estados e municípios ao ensino fundamental	✓ Mudança institucional: aprovação da medida provisória que criou o novo Conselho Nacional de Educação (CNE)
✓ TV Escola: lançamento de um programa de recapacitação de professores, transmitido via satélite	✓ Avaliação de estudantes: introdução de testes de final de curso para os alunos de graduação
✓ Ampliação do Programa Nacional do Livro Didático: passou a atender também alunos de 5ª a 8ª série	✓ Avaliação de escolas: unidades deverão ser recredenciadas periodicamente no CNE.
✓ Ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: aumento do fornecimento de merenda de 101 dias para 170 dias	✓ Escolha dos reitores: projeto tornou mais democrática as eleições dos reitores das universidades federais

Dida Sampaio/AE-28/7/95



NÓS VAMOS TER O EXAME FINAL DE 2º GRAU JÁ NESTE ANO, EM SETEMBRO OU OUTUBRO

(Do ministro da Educação Paulo Renato Souza)